

## 2. Apreendendo a interpretação

Acreditamos ser possível dizer que a psicanálise pretende trabalhar com a singularidade, ou seja, pretende levar em conta a particularidade do ser. Dentro desse ponto de vista, pode-se mesmo ir mais longe e dizer que a singularidade *é* o objeto de trabalho do psicanalista (a subjetividade na sua dimensão singular) e, enquanto tal, deveria ser sempre levada em consideração. Assim, este campo de saber teria na particularidade o seu material de trabalho e, mais do que isso, se concentraria nela.

Na prática, que lugar deveria ser atribuído a essas peculiaridades na psicanálise? E a interpretação – central na psicanálise clássica – de que forma contribuiria para um maior ou menor acolhimento das mesmas?

Estes são pontos centrais e, para que possamos desenvolvê-los, seria necessário examinar mais de perto a questão da interpretação. Qual seria a sua relação com a psicanálise? Que lugar ocuparia na prática clínica? Sobre que elementos recairia a interpretação? Quais os limites e a eficácia desta técnica na clínica? Estes são alguns dos pontos que serão abordados a seguir.

Além disso, devido ao fato de a interpretação ser um tema muito vasto e complexo, acreditamos ser necessária uma tentativa de definição deste conceito: o que se entende por interpretação?

Este percurso é de fundamental importância, uma vez que a interpretação é merecedora de um olhar mais cuidadoso e atento, tanto pela sua atualidade na prática analítica quanto pela sua complexidade.

### 2.1 – A interpretação: alguns aspectos epistemológicos

No que diz respeito à psicanálise clássica, a interpretação ocupa um lugar bastante privilegiado. Poderíamos até mesmo dizer que ela é o instrumento por excelência da técnica. Tal privilégio poderia ser atribuído a uma das características mais marcantes da psicanálise<sup>1</sup>: esta seria marcada por uma busca incessante de sentido, uma tentativa de “tornar consciente o inconsciente” que, por sua vez, só poderia se tornar possível através da interpretação. Este privilégio é tamanho que chegaria a ser extremamente difícil, e poderíamos até mesmo dizer

---

<sup>1</sup> Ao falar de interpretação e psicanálise aqui, referimo-nos à psicanálise freudiana clássica.

impossível, dissociar interpretação e psicanálise, uma vez que esta última estaria fundada na atividade interpretativa. Poderíamos até mesmo dizer que a psicanálise *se caracterizaria* pela interpretação, ou seja, pela emergência do sentido latente de um material. Esta emergência de sentido seria possível a partir do seu conteúdo manifesto revelado em análise.

Com o intuito de chegar a esse sentido, o analista seria, então, estimulado a interpretar e poderíamos chegar a ponto de afirmar que sem esta ferramenta o seu trabalho se tornaria inviável. Ainda nesta perspectiva, a escuta psicanalítica por si só já seria, acreditamos, uma forma de interpretação, já que esse tipo de escuta provoca interpretações que um outro tipo não provocaria.

A psicanálise se interessa pelo inconsciente, ou seja, pelo que “eu não sei de mim”. De acordo com esse campo de saber, é exatamente aquilo que desconheço que será o material a ser trabalhado em análise, uma vez que aquilo que não sei é o que constitui a “minha verdade”. Nesse sentido, poderíamos dizer que o que importa aqui é *a verdade do sujeito*. Em outras palavras, a psicanálise privilegiaria a realidade interna do analisando.

É justamente essa realidade interna que será interpretada. Paul Ricoeur, grande representante da hermenêutica, confirma isso quando diz:

Como, de fato, intervêm o que o psicólogo chama de variáveis do meio na teoria analítica? Para o analista não são de forma alguma os fatos, tais quais são conhecidos pelo observador exterior; o que importa para o analista são as dimensões do meio, tais quais o sujeito “acredita”; o que é pertinente para ele não é o fato, mas *o sentido* que o fato teve na história de um sujeito (...) (Ricoeur, 1965, p.383), (grifos nossos).

E enfatiza: “falando de forma absoluta, não há “fatos” em psicanálise porque não os observamos, mas os interpretamos” (Ricoeur, 1965, p.385).

O trabalho do analista seria, então, o de interpretar essa realidade interna do sujeito, uma vez que seria esta última o objeto de interesse da psicanálise ou, em outros termos, o que seria considerada “fato” aqui.

Ainda de acordo com Ricoeur: “em análise, a história real é em si mesma apenas um índice da história figurada pelo meio da qual um sujeito se compreende (...)” (Ricoeur, 1965, p.389).

Este nos parece ser um ponto de extrema relevância e, no decorrer deste trabalho, pretendemos demonstrar até que ponto há, realmente, um respeito por

esta realidade interna do sujeito na prática ou se, ao contrário, esta realidade não é, muitas vezes, “massacrada” por interpretações excessivas e, desta forma, submetida a uma crença que nos parece ser universal na psicanálise clássica: Édipo.

Mais adiante veremos que aquilo que não conheço, ou seja, o inconsciente – principal material de trabalho da psicanálise – e a realidade interna do sujeito que a psicanálise tanto preza, podem estar inúmeras vezes submetidos a limites extremamente rígidos nesta prática: a psicanálise clássica trabalha com o sujeito marcado pela interdição, pela lei. É a castração, a falta imposta por essa lei que será trabalhada em análise o tempo inteiro. Este ponto será examinado mais atentamente no capítulo que abordará a questão da interpretação em Freud.

Não é difícil nos depararmos com uma vasta gama de concepções de ciência. Diante de tamanha diversidade, tentaremos situar a posição da psicanálise dentro desta variedade de abordagens. Obviamente, privilegiaremos algumas visões em detrimento de outras.

Em seu artigo “A Linguagem e as Ciências Humanas” (1992), Danilo Marcondes oferece ao leitor um panorama geral sobre os principais sistemas de saber.

O pensamento de Aristóteles poderia ser considerado, historicamente, como sendo o primeiro deles. É importante dizer que a idéia – até hoje ainda bastante presente – de um saber ordenado e sistematicamente organizado viria daí: é em Aristóteles que podemos encontrar a distinção entre ciência (*episteme*) e o saber prático ou moral (*phronesis*). A primeira teria como proposta o conhecimento do real enquanto tal. A *phronesis*, por sua vez, não se propõe a um saber sobre o mundo natural, mas sobre o mundo dos homens e seus valores.

Segundo Marcondes, seria também necessário acrescentar as disciplinas de método, tais como a *lógica*, à divisão acima. Pode-se dizer que esta “cisão” aristotélica tenha inaugurado a origem da separação entre um saber científico e um outro considerado como não-científico.

No século XVII, com o surgimento da ciência moderna, surge um novo ideal de ciência cujo modelo será representado pela *física-matemática*. Tal modelo seria capaz de dar conta do mundo natural *quantitativamente* e, por conseqüência, esta realidade poderia ser calculada e medida.

O modelo da física passará, então, a servir de paradigma para todos os tipos de ciência, inclusive para o das ciências humanas e sociais. A garantia de um rigor científico passa a ser, assim, de fundamental importância. Neste sentido, os saberes práticos só poderiam ser considerados científicos caso possuíssem os mesmos princípios da ciência natural.

Com Hegel, a história vai ocupar um lugar central no sistema filosófico. Segundo ele, a formação da consciência seria um processo histórico e cultural e, desta forma, teria uma relação direta com as características de uma determinada sociedade. A história passaria, assim, a ser a forma através da qual seria possível uma compreensão da cultura e das ciências humanas.

A hermenêutica de Schleiermacher e Dilthey, que também irá nessa direção, terá como noção central a *interpretação*. Esta última seria uma “atividade de discernimento”, uma “sensibilidade ao contexto” (v. Ricoeur, 1977).

Segundo Dilthey, o método das *ciências da natureza*<sup>2</sup> seria basicamente explicativo, uma vez que busca *causas*. O *método das ciências do espírito* ou da *cultura* (*Geisteswissenschaften*), por sua vez, buscaria *razões*. Em outras palavras, as ciências humanas – que se encaixariam nas ciências do espírito – buscariam uma compreensão que se daria através da interpretação.

Obviamente, ao falarmos de interpretação, a questão da linguagem ocupará uma posição central.

De acordo com Marcondes:

Pode-se dizer assim que, do ponto de vista histórico, o conceito de ciências humanas estabelece-se a partir de uma distinção radical entre o conhecimento que os homens podem obter sobre o mundo natural e o conhecimento que podem adquirir sobre si mesmos, sobre sua natureza, suas criações, suas formas de vida; sendo que a chave deste conhecimento é a *linguagem*, no sentido de um sistema de signos constituidor do significado da experiência humana e do modo como o real é representado. Estabelece-se, assim, de certa forma, uma distinção radical entre a linguagem da matemática, própria às ciências da natureza, e a linguagem simbólica da cultura, própria às ciências humanas (Marcondes, 1992, p.132), (grifo do autor).

Como falar em linguagem sem falar em interpretação?

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que, de acordo com Freud, a psicanálise se encaixa neste grupo.

Diferentemente da concepção clássica de ciência, a hermenêutica colocou a história como terreno do conhecimento. Conseqüentemente, a interpretação ocupará aí um lugar central.

Há sempre dois horizontes presentes no ato de interpretar: o horizonte *do que* está sendo interpretado e o horizonte *de quem* interpreta. Este ponto é de fundamental relevância se considerarmos o saber aqui em questão – a psicanálise<sup>3</sup> – como hermenêutica. Ora, sabemos que o objeto a ser interpretado está diretamente ligado ao grupo, ou seja, à comunidade que o elege como objeto merecedor de ser estudado. Da mesma maneira, como esperar daquele que estuda ou interpreta que seja o detentor de uma única “verdade transcendente”, isto é, que consiga se desvencilhar da sua cultura e do seu momento histórico-social? Não seria, então, mais “realista” esperar diversos “olhares” ou interpretações ao invés de uma única “interpretação correta”?

É justamente a interpretação – central em psicanálise – que pareceria conter muitos dos “obstáculos” que a impediriam de ser considerada como ciência.

Paul Ricoeur (1965) comenta exaustivamente as várias críticas que sofre este campo de saber no que diz respeito ao seu caráter científico.

De acordo com os seguidores da lógica:

Se a psicanálise é uma ‘teoria’, no sentido da teoria molecular dos gases, ou da teoria dos genes na biologia, isto é, um conjunto de proposições que sistematiza, explica e prevê certos fenômenos observáveis, ela deve satisfazer aos mesmos critérios lógicos que a teoria das ciências da natureza ou das ciências sociais.

Inicialmente, ela deve ser capaz de validação empírica; para isso é preciso que se possa deduzir das suas proposições conseqüências determinadas sem as quais a própria teoria não tem conteúdo definido; além disso, deve haver procedimentos determinados (chamados de regras de correspondência, definições coordenadoras ou definições operatórias) que permitam que uma determinada noção teórica possa ser religada a fatos definidos e não ambíguos (Ricoeur, 1965, p.364).

---

<sup>3</sup> Ao fazer uma aproximação entre psicanálise e hermenêutica, referimo-nos à psicanálise freudiana.

E ainda:

Ora, sob que condições uma interpretação é válida? É devido a sua coerência, ou a sua aceitação pelo paciente ou à melhora que traz ao doente? Seria, porém, inicialmente necessário que esta interpretação tenha um caráter de objetividade; para isso seria preciso que uma série de pesquisadores independentes pudesse aceder a um mesmo material, reunido sob circunstâncias cuidadosamente codificadas. A seguir, seriam necessários procedimentos objetivos que separariam as interpretações rivais; seria ainda necessário que a interpretação desse lugar a previsões passíveis de verificação. Ora, a psicanálise não está em condições de satisfazer a essas exigências (...) (Ricoeur, 1965, p.365).

Ricoeur vai afirmar que a interpretação em psicanálise não se restringe ao que não pode ser observado ou mensurado. Seria até mesmo possível dizer que ela é constante em psicanálise, uma vez que irá permear todos os seus aspectos.

Ainda segundo Ricoeur, por mais que se tente reformular a psicanálise de inúmeras maneiras diferentes a fim de que esta possa finalmente corresponder ao que se espera de um campo de saber cujo caráter seja considerado científico, a psicanálise será sempre uma ciência exegética – ao contrário da psicologia, por exemplo, que seria uma ciência de observação (v. Ricoeur, 1965, p.395).

Assim, Ricoeur nos alerta: a validade das interpretações em psicanálise corresponderia à validade de uma interpretação histórica ou exegética. Além disso, Ricoeur destaca o contra-senso de qualquer tentativa de transformação de algo cuja natureza é histórica em algo de uma “espécie natural” e aponta para a própria incoerência de tal tentativa e das expectativas que isto gera, propondo, assim, um outro olhar sobre o que diz respeito ao caráter científico, diferenciando as ciências históricas e as ciências naturais.

Apesar dos esforços ricoeurianos, parece-nos que os argumentos em favor de uma cientificidade da psicanálise continuam apoiando-se em visões que insistem em ignorar toda a sua historicidade e que tentam permanecer em uma posição que ainda privilegiaria um olhar lógico e universal. Em outros termos, continua-se tentando transformar o que seria da ordem de uma ciência histórica em uma ciência natural.

Esta afirmação sobre o caráter exegético da psicanálise se basearia no fato de que esta última se ocuparia das “relações de sentido entre os objetos substituídos e os objetos oriundos (e perdidos) da pulsão” (Ricoeur, 1965, p.378),

enquanto que a psicologia se preocuparia com questões relativas ao comportamento.

Uma vez que a psicanálise tem como objeto de estudo a realidade psíquica, essa busca de sentido será central aqui, pois seria através dessa busca que tal realidade seria apreendida. Como diz Ricoeur:

Não é a uma tal explicitação de uma contingência repleta de sentido que a psicanálise procede? Não basta estender ao desejo e aos seus objetos essa explicitação das *camadas de sentido*, essa procura de uma '*fundação original*'? A história do objeto libidinal, através de seus estágios da libido, não é uma tal explicitação, *de remetimento em remetimento*? (Ricoeur, 1965, p.402), (grifos nossos).

Pode-se, então, dizer que é de remetimento em remetimento que se daria o trabalho de interpretação.

No entanto, seria importante nos perguntarmos em que medida esses vários remetimentos realmente acolhem a historicidade, isto é, seria relevante observar até que ponto essa dimensão histórica – sem a qual o trabalho do psicanalista não poderia se dar – seria, na prática, considerada pela própria psicanálise.

Parece-nos haver uma certa contradição aí: ao mesmo tempo em que a psicanálise briga pelo seu direito de não abrir mão dessa historicidade – teoricamente tão presente e, até mesmo, fundamental em seu exercício clínico – não seria o privilégio que ela concede à interpretação (o instrumento por excelência da sua técnica) o que impediria essa historicidade de ser levada em conta? Dito de outra forma, se a psicanálise, como afirma Ricoeur, situa no desejo o trabalho interpretativo e, como veremos mais adiante, uma vez que o lugar do desejo na psicanálise clássica é o lugar da falta, a interpretação sempre recairia sobre esta última. Em outras palavras, não seria justamente o contínuo interpretar desse desejo ou dessa falta que “cegaria” a psicanálise, impedindo-a de perceber essa tão reivindicada historicidade que ela tanto se vangloria de levar em conta? Seria, assim, merecedora de um olhar mais atento a seguinte indagação: ao reivindicar o seu estatuto de ciência e, além disso, ao priorizar a interpretação, a própria psicanálise não estaria abrindo mão da historicidade? Ora, não seria Édipo o que daria à psicanálise clássica esse caráter de cientificidade, uma vez que – como veremos ao longo desse trabalho – toda e qualquer diversidade estaria

em última instância atrelada a esse complexo? Em outros termos, toda e qualquer interpretação não estaria ligada ao Édipo? Mais ainda: que preço pagaria a psicanálise ao remeter incessantemente a tão prezada realidade interna do sujeito ao que poderia ser considerado como sendo o seu grande referente transcendente? Que conseqüências traria isso à prática clínica?

Parece-nos que a própria psicanálise abre mão da sua dimensão histórica e cultural ao elevar Édipo ao *ranking* de seu grande referencial metafísico. Posteriormente, retomaremos essas questões mais detalhadamente. A articulação entre interpretação, desejo e falta também será examinada mais minuciosamente ao longo deste trabalho.

A psicanálise é um saber específico, com particularidades que irão caracterizá-la. Não é por acaso que a psicanálise se distingue das outras abordagens terapêuticas. Diferentemente das terapias de apoio, terapias breves ou outros tipos de tratamento psíquico, a psicanálise, além de nada introduzir, também se vangloria de recusar-se a intervir na realidade do sujeito (veremos, porém, até que ponto ela levaria em conta essa realidade) e a sua única regra seria a da livre-associação. Todas essas características já serviriam para diferenciar a psicanálise de qualquer outro tipo de psicoterapia. Enquanto estas últimas irão utilizar induções ou sugestões que guiarão o sujeito, em psicanálise é a abstinência, ou seja, o não atender a demandas do paciente que irá marcá-la. E esta prática, como veremos, será marcada pela interpretação. Este também seria um outro ponto que marcaria a diferença entre as outras psicoterapias e a psicanálise: o lugar de destaque que esta última concederia à interpretação.

Pode-se dizer que é a trama inconsciente que determinará tudo o que acontece em análise, isto é, naquele campo transferencial. E é em torno desse campo transferencial que todo o trabalho clínico irá ocorrer.

Nesta prática clínica, torna-se importante a tentativa de delimitar o que poderia ser caracterizado como interpretação. A fim de que isso seja possível, tentaremos definir este conceito.

Dos instrumentos que o psicanalista dispõe a fim de realizar o seu trabalho, a interpretação é a principal ferramenta da psicanálise clássica. Ricoeur irá declarar que “nós dizemos o real o *significando*; nesse sentido nós o *interpretamos*. A ruptura entre o significado e a coisa já é consumada com o nome e esta distância *marca o lugar da interpretação (...)*” (Ricoeur, 1965, p.32),

(grifos nossos). E ainda, segundo ele: “dizer algo de alguma coisa é, no sentido completo e forte do termo, interpretar” (Ricoeur, 1965, p.32).

É possível dizer que o exercício, a prática de interpretar foi adotada desde o nascimento por todos nós e que – ao significar o mundo ao nosso redor – a realizamos, muitas vezes, sem nos darmos conta (v. Engel, 2004, p.820).

Tomando, então, como ponto de partida esse olhar dado à interpretação, poderíamos dizer que esta seria um meio através do qual nos fosse possível obter informação: informação sobre o mundo, o que nos cerca, os outros e, finalmente, sobre nós mesmos.

A amplitude e a atualidade do conceito de interpretação, assim como a sua inegável predominância na psicanálise clássica, se reflete nos inúmeros trabalhos sobre esse tema. Diante de tamanha gama de opções, decidimos privilegiar, neste capítulo, a visão de R. Horacio Etchegoyen (1989) por achar que a sua ótica reflete de maneira ímpar o papel delegado à interpretação neste campo.

Embora o trabalho do analista não se reduza a interpretar, é inegável o espaço que esta atividade tem na prática clínica. E é justamente esse espaço que lhe confere o estatuto do instrumento mais nobre da psicanálise.

A interpretação precisa ser *desinteressada* (v. Etchegoyen, 1989, p.179), ou seja, deve ter como único objetivo fornecer conhecimento. Segundo este autor, a presença de qualquer outro intuito, significaria persuasão ou manipulação, que – como sabemos – são posturas que a psicanálise se orgulha de não adotar.

A interpretação também deve ser *veraz*: ela traria ao paciente um conhecimento verdadeiro e se o analisando, por algum motivo, “utiliza mal” (v. Etchegoyen, 1989, p.179) o conhecimento que o analista lhe forneceu, a única saída que restaria a este último seria, novamente, interpretar.

Este ponto nos parece ser um indicador do valor que tem a interpretação na psicanálise clássica: seria através dela que a verdade seria revelada ao paciente. De que verdade se trataria? Veremos que, em última instância, a interpretação recairia inevitavelmente sobre a falta, ou seja, a interpretação – ao levar a verdade ao sujeito – estaria lhe impondo, como veremos, o confronto com a sua castração, com a falta ou, em outros termos, com Édipo.

É importante também mencionar que essa crença em uma interpretação portadora da verdade implicaria uma idéia de que existiria apenas uma verdade,

transcendente e, conseqüentemente, totalmente passível de resgate. Este resgate seria justamente possível pela interpretação.

No que diz respeito a essa questão, Ricoeur dirá que atualmente “oscilamos entre a *desmistificação* e a *restauração* do sentido (...)” (Ricoeur, 1965, p.37), (grifos nossos). Mais especificamente:

De um lado, a hermenêutica é concebida como a manifestação e a restauração de um sentido que me é endereçado sob a forma de uma mensagem, de uma proclamação ou, como se diz às vezes, de um querigma; de outro, ela é concebida como uma desmistificação, como uma redução de ilusões (Ricoeur, 1965, p.37).

Percebe-se, então, que o próprio campo da hermenêutica estaria dividido e, de acordo com Ricoeur, uma teoria da interpretação não poderia deixar de dar conta dessa oposição.

Apesar de a nossa época se dizer capaz de reconhecer a impossibilidade de uma recuperação e de uma conseqüente apropriação de uma verdade única e transcendente, muitas vezes ainda é exatamente isso o que ocorre. Não é raro depararmos-nos com binarismos – certo/errado, aceitável/inaceitável – cuja única finalidade seria catalogar, categorizar e tentar reduzir todas as diferenças.

Não seria difícil notar uma certa contradição entre teoria e prática: enquanto que na teoria já seria possível considerar a idéia de que não haveria algo único a ser perseguido e alcançado, na prática ainda seria exatamente isso que se buscaria. As atitudes e expectativas da psicanálise clássica mostram que esse tipo de pensamento ainda está longe de deixar de predominar. Não estaria a psicanálise, através de uma primazia da interpretação, tentando, em sua prática, alcançar essa “verdade transcendente”?

O valor semântico da interpretação também seria uma outra questão que mereceria ser abordada. Ora, já vimos que interpretar é informar. Dentro desse ponto de vista, é esse tipo de informação fornecida ao analisando que daria a este a possibilidade de ordenar uma nova maneira de pensar. É nesse sentido que a interpretação seria operativa: ela ofereceria a oportunidade de alguma mudança que, por sua vez, seria possível através desta nova forma de pensar.

Segundo Etchegoyen:

A interpretação é também *uma nova conexão de significado*. O analista toma diversos elementos das associações livres do paciente e produz uma síntese que dá um significado diferente a sua experiência. Essa nova conexão é, sem dúvida, real, simbólica e certamente não é delirante (Etchegoyen, 1989, p.180), (grifos nossos).

Assim, o analista daria forma, organizaria o material que lhe é apresentado pelo paciente e lhe propiciaria, assim, um outro significado, um outro sentido. É o fato de comportar um significado que confere um valor semântico à interpretação.

Quais seriam os objetos sobre os quais recairia a interpretação, ou seja, a atribuição de um sentido?

A psicanálise tem como principal material de trabalho a palavra. É a partir do “texto” do analisando (e “texto” aqui transcende o que é apenas dito) que a prática analítica se constitui. Assim, a interpretação não se restringe apenas ao que é verbalizado: ela também incide sobre sonhos, sintomas e fantasias.

Além de ser o material de trabalho do analista, a palavra constitui o próprio terreno onde essa experiência irá se desenrolar. De acordo com Ricoeur:

(...) é no campo da palavra que a experiência analítica se dá (...) no interior deste campo, o que emerge é uma outra linguagem, dissociada da linguagem comum, e que se permite *decifrar* através dos seus efeitos de *sentido*: sintomas, sonhos, formações diversas, etc (Ricoeur, 1965, p.386), (grifos nossos).

Esse sentido recairia em algo considerado como perdido e que seria, em psicanálise, a impossibilidade de se ter aquele objeto primeiro: a mãe. Este ponto será examinado mais adiante ao abordarmos a questão da falta em psicanálise.

No que diz respeito a essa relação de sentido – possível aqui através da interpretação – com algo que seria da esfera do “perdido”, Ricoeur diz:

(...) é principalmente pela ausência do objeto que este problema do sentido se impõe a cada passo (...) o domínio do objeto ausente e a própria discriminação entre a sua presença e a sua ausência se atestam no próprio nascimento da linguagem, na medida em que a linguagem distingue e relaciona uma à outra, presença e ausência (Ricoeur, 1965, p.388).

E, referindo-se à psicanálise, continua:

(...) a ausência, para ela, não é um aspecto secundário do comportamento, é o próprio lugar onde ela reside.

Por que? Porque ela própria é um trabalho de palavra com o paciente, o que não é de forma alguma a psicologia científica; é no campo da palavra que ‘a história’ do paciente chega a se exprimir; desde então seu objeto peculiar são esses efeitos de sentido – sintomas, delírios, sonhos, ilusões – que a psicologia empírica apenas pode considerar como segmentos de conduta. *Para o analista, é a conduta que é um segmento do sentido. Aí está a razão pela qual objeto perdido, objeto substituído são o pão cotidiano da psicanálise (...)* (Ricoeur, 1965, p.388), (grifos nossos).

Pode-se perceber, então, que a busca de sentido e, conseqüentemente, a realidade interna do sujeito (sobre a qual recairia a interpretação) estariam atreladas a esse objeto perdido. Logo, para que seja possível fazer e atribuir sentido, será necessário, então, o resgate deste objeto e, a fim de que esse resgate se dê, será preciso trabalhar com a ausência, ou em outros termos, com a falta.

A questão do sentido – indissociável, então, da interpretação – é central em psicanálise. De fato, a obtenção de sentido é tão pertinente neste campo que chega a ser vinculada à possibilidade de *cura*, uma vez que esta última seria possível através de um alargamento da consciência. E, para que esse alargamento seja possível, seria necessário *tornar consciente o inconsciente*. Ora, trazer para a consciência o que se encontra no inconsciente, nada mais é do que tentar dar sentido. E isto seria feito prioritariamente através da interpretação, o método psicanalítico por excelência.

Segundo Jacques Vieira Engel:

‘Tornar consciente o inconsciente’ sempre foi e continua sendo um dos principais objetivos do tratamento psicanalítico (...) À interpretação, assinalou Freud em 1904, compete a tarefa, por assim dizer, de extrair do minério bruto das associações não-intencionais o metal puro dos pensamentos recalçados (Engel, 2004, p.823).

O conceito de interpretação é extremamente amplo e, devido a isso, há controvérsias no que diz respeito ao que poderia ser considerado ou não interpretação em psicanálise.

Talvez seja justamente devido à amplitude deste conceito que a psicanálise tentou definir limites bem demarcados no que concerne a este instrumento.

Assim, tradicionalmente, neste campo, a interpretação teria um sentido bem limitado, uma vez que diria respeito apenas às intervenções verbais do analista. De acordo com Laplanche e Pontalis:

(...) a interpretação não abrange o conjunto das *intervenções* do analista no tratamento (como, por exemplo, o incentivo a falar, o tranquilizar, a explicação de um mecanismo ou de um símbolo, as injunções, as construções, etc.), ainda que estas todas possam obter no seio da situação analítica um valor interpretativo (Laplanche & Pontalis, 1990, p.208), (grifos dos autores).

No entanto, caracterizar o que teria ou não um “valor interpretativo” e, conseqüentemente, delimitar através de rígidas fronteiras o território pertencente *exclusivamente* ao campo da interpretação, nos parece ser uma tarefa das mais complexas. Não seria de se estranhar, então, os consideráveis debates existentes acerca das várias concepções que teria este instrumento e do que estaria aí envolvido: quando e quanto interpretar, a profundidade, a pertinência e a ordem da interpretação seriam alguns destes pontos.

Etchegoyen (1989) oferece ao leitor um breve panorama dessas várias concepções e destacaremos algumas delas aqui. Isto porque o seu ponto de vista reflete a crença da psicanálise clássica que atribui à interpretação – e, mais especificamente, à interpretação verbal e transferencial – um valor que é considerado por muitos excessivo, uma vez que a eleva à posição do maior, senão único, instrumento da sua técnica.

A crença da psicanálise clássica de que, em seu trabalho, o analista deve priorizar a interpretação, pode atingir um ponto tal onde tudo o que não se encaixaria nesta categoria poderia reforçar e estimular o *acting out*<sup>4</sup>.

Este pensamento condenaria a adoção de toda e qualquer intervenção que não faça parte do que se considera uma interpretação. Apenas esta última, pilar da técnica psicanalítica clássica, deve fazer parte de seu arsenal.

Consideramos impossível falar de interpretação sem fazer referência a James Strachey e, mais particularmente, ao seu conceito de *interpretação*

---

<sup>4</sup> O conceito de *acting out* em psicanálise é utilizado para designar ações do paciente que estariam relacionadas com a “emergência do recalado” (v. Laplanche & Pontalis, 1990, p.6). Etchegoyen aponta aqui para os riscos de o analista propiciar tais ações ao se servir de instrumentos não interpretativos.

*mutativa* (v. Strachey, 1934), baseado na teoria kleiniana sobre as introjeções e projeções no que concerne às relações de objeto primitivas.

Segundo ele, a preponderância da introjeção de objetos maus com relação aos objetos bons nos neuróticos faria com que o seu superego fosse especialmente cruel. Assim, a cura somente se tornaria possível caso o *círculo vicioso neurótico* pudesse ser rompido. Este rompimento se daria através da interpretação do analista, uma vez que esta seria a via pela qual uma “descristalização” das relações objetais interiorizadas ocorreria.

Engel resume esta contribuição de Strachey da seguinte forma:

(...) a ‘cura’ se daria quando este ‘círculo vicioso neurótico’ pudesse ser interrompido por um círculo benigno de projeções e introjeções que levassem a uma modificação nas relações objetais interiorizadas e, dessa forma, à formação de um superego menos dividido e mais integrado sob o domínio dos aspectos bons. Como todo este processo se repete na *transferência* sobre a figura do analista, vivido como objeto bom (superego auxiliar), este estaria numa condição particularmente favorável para influir sobre os mesmos por meio das interpretações. Expondo à lógica consciente as distorções que ocorrem, as interpretações criam condições para que um novo processo introjetivo ocorra, e que objetos e relações de objetos melhores e mais integrados sejam internalizados substituindo as introjeções patogênicas anteriores. Para que tudo isto ocorresse, seria necessário que o analista se colocasse numa posição de neutralidade para evitar ser confundido com os primeiros objetos (bons ou maus) criados pelas fantasias anteriores (Engel, 2004, p.826), (grifo nosso).

Pode-se, assim, perceber a grande importância dada à interpretação e, mais especificamente, às interpretações transferenciais, uma vez que – de acordo com essa visão – estas últimas são as que poderiam ser consideradas os grandes agentes provocadores de uma verdadeira mudança. Logo, a forma como Strachey decide nomear esse tipo de interpretação não se dá por acaso e reflete a toda a eficácia e importância que lhe são atribuídas.

Ao enfatizar a importância do efeito de mudança promovido pela interpretação, Etchegoyen vai ainda mais além, alertando que sem ela: “o analisado continuará repetindo o seu conflito e seguramente, cedo ou tarde, o analista ficará por fim involucrado” (Etchegoyen, 1989, p.257).

Charles Rycroft (1956), ao falar sobre as interpretações do analista, afirma que estas transmitem informações que não se restringem à esfera verbal.

Herbert A. Rosenfeld (1972) admite a existência de tais informações, assim como suas influências no trabalho analítico. No entanto, não acredita que o analista deva lançar mão delas. Este autor concorda com Strachey ao crer na primazia da interpretação transferencial e, além disso, considera qualquer forma de comunicação não-verbal como sendo bem menos significativa se comparada com esse tipo de interpretação.

Podemos, então, observar que as diversas concepções expostas acima abordam o conceito de interpretação no seu sentido mais restrito (que reflete o viés adotado pela psicanálise clássica): priorizam no trabalho analítico a interpretação verbal e, mais particularmente, a interpretação transferencial, uma vez que – segundo elas – este seria o único meio do paciente atingir mudanças significativas. Também seria importante mencionar que, apesar de algumas diferenças encontradas nessas várias concepções, todas parecem concordar em um ponto: a atribuição de sentido no que diz respeito à interpretação.

Finalmente, ainda nesta linha, gostaríamos de mencionar Clifford Yorke (1965) cujo olhar também confirmaria a primazia da interpretação, já que – segundo ele – um material é passível de tornar-se consciente através deste instrumento. Ora, como já vimos, tornar consciente o inconsciente é o objetivo maior destas técnicas psicanalíticas, uma vez que, acredita-se, somente assim o sujeito pode desfrutar de uma maior autonomia. E isso seria possível através da interpretação que, de acordo com Yorke, ao modificar as representações da realidade externa e do material introjetado (ambos distorcidos), propiciaria modificações significativas na representação do *self*, restaurando, assim, a conexão da representação da coisa com a palavra.

Esta visão nos parece ser de extrema importância: ao atribuir à interpretação a função de *restauração*, Yorke nos conduz a uma possível aproximação entre o trabalho de interpretação e o trabalho de tradução.

## **2.2 – Interpretação, tradução e construção**

Apesar de serem duas práticas com diferenças inegáveis e bem demarcadas, a clínica analítica e a atividade tradutória têm muito em comum. Obviamente, o intuito deste trabalho não é o de comparar psicanálise e tradução, apesar dos inúmeros pontos de convergência e de afastamento entre esses dois

campos. O nosso objetivo aqui é o de percorrer brevemente alguns pontos da teoria e da prática desses dois saberes. A fim de que isso seja possível, destacaremos apenas algumas questões que, acreditamos, aproximam essas duas áreas aparentemente tão distintas.

A diferença entre tradução e psicanálise parece se atenuar significativamente ao destacarmos a ferramenta que ambos os ofícios dispõem para a realização de seus respectivos trabalhos: a interpretação.

A palavra tem um papel marcante na prática tradutória e na clínica analítica. Podemos até dizer que, da mesma forma que a palavra é o principal instrumento de trabalho do tradutor, ela também o seria no trabalho do analista clássico, uma vez que a interpretação recairia exclusivamente sobre as palavras que o analisando lhe comunica: já vimos que a análise clássica tenta decifrar ou *traduzir*, a partir do “texto” que o analisando lhe fornece, o material em língua estrangeira/inconsciente para a língua mãe/consciente. Nesse sentido, haveria uma equivalência significativa entre o ofício do tradutor e do psicanalista.

Além disso, o trabalho do tradutor e o trabalho do psicanalista têm ambos como principal objeto a singularidade. Esta é essencial em psicanálise, uma vez que este profissional se propõe trabalhar com a realidade interna *do analisando*: realidade única, singular e com particularidades que a diferenciam uma das outras. Da mesma forma, o tradutor também se depara o tempo todo com particularidades – de línguas, culturas e interpretações.

Não seria possível discorrer sobre a prática psicanalítica clássica e, acreditamos, sobre a atividade tradutória, sem mencionar a questão da *falta* que, dependendo do olhar lançado sobre ela, ou seja, da menor ou maior importância que lhe será atribuída, pautará e, até mesmo, condicionará essas duas práticas. No que diz respeito à atividade tradutória, a falta – como veremos um pouco mais adiante – se caracterizará pela impossibilidade de se atingir uma total equivalência com o texto original, o que acarretaria a necessidade de abrir mão da possibilidade, ilusória, de simplesmente transportar de uma língua para a outra as palavras *exatas* do autor, como se estas possuíssem um único significado que lhe fosse próprio e, conseqüentemente, fixo e como se fossem desvinculadas de qualquer contexto.

Por acreditarmos que a falta tem um papel predominante na clínica clássica, torna-se importante discorrermos brevemente sobre a mesma aqui.

No presente trabalho, não iremos nos ocupar da visão lacaniana da interpretação. Apesar disso, ao abordarmos a questão da falta, optamos por fazê-lo tendo como base a leitura lacaniana de Freud. Tal escolha baseou-se em dois motivos: dentro desta leitura – assim como na psicanálise clássica – um peso significativo seria atribuído à falta. Além disso, tal leitura nos aproximaria do mito freudiano de Édipo cuja importância é fundamental nesta dissertação, ainda que através de uma interpretação estruturalista.

A partir desta leitura, seria possível dizer que a *falta* ocuparia um lugar central na psicanálise freudiana e corresponderia à falta do objeto primeiro – a mãe – e à necessidade de sua substituição.

Ao notar que a mãe não é um objeto que lhe pertence, o bebê será tomado por uma grande frustração. Tal frustração será ainda maior quando o bebê percebe que também não é o objeto de desejo da mãe.

É aí que entra em cena o que Jacques Lacan irá chamar de *Nome-do-pai* (1966) que poderia ser brevemente resumido como a instância, a *lei* ou função que irá se exercer e se colocar entre a mãe e o bebê os separando, e instaurando uma interdição. É importante mencionar que, aqui, entende-se por “pai” um terceiro, o objeto de desejo da mãe.

Esta leitura nos remete muito facilmente ao complexo freudiano de Édipo: por querer a mãe, a criança deseja matar o pai a fim de poder se apropriar do objeto de seu desejo.

O corte entre a mãe e o seu bebê seria de profunda importância no que diz respeito à nossa constituição enquanto sujeitos e remeteria à primeira experiência de satisfação alucinatória ainda não edípiana. Torna-se importante mencionar que, em Freud, a falta já estaria dada desde o *desamparo originário*<sup>5</sup> (v. Freud, 1926a) que – apesar da sua nomenclatura – não se limitaria à situação do nascimento, podendo ocorrer posteriormente em momentos de ansiedade:

Visto que remetemos *a geração da ansiedade a uma situação de perigo*, preferiremos dizer que os sintomas são criados a fim de remover o ego de uma situação de perigo. Se se impedir que os sintomas sejam formados, o perigo de fato se concretiza; isto é, *uma situação análoga ao nascimento se estabelece*, na qual o ego fica desamparado em face de uma exigência

---

<sup>5</sup> O conceito de “desamparo originário” em Freud seria constituidor do ser humano desde o seu nascimento, o que apontaria para a concepção *estrutural* do inconsciente, uma das marcas mais evidentes da psicanálise clássica.

instintual constantemente crescente (...) (Freud, 1926a, p.142), (grifos nossos).

E ainda:

(...) numerosíssimas pessoas continuam infantis em seu comportamento referente ao perigo, e *não superam determinantes de ansiedade que ficaram ultrapassados*. Negar isto seria negar a existência da neurose, pois são precisamente tais pessoas que denominamos de neuróticas (Freud, 1926a, p.146), (grifos nossos).

A perda de objeto (ou a sua simples ameaça) seria, de acordo com Freud, geradora de ansiedade. Logo, o nascimento, a separação da mãe e, posteriormente, a ameaça de castração e Édipo – todos apontando para a possibilidade de perda – se encaixariam em situações ameaçadoras e, conseqüentemente, propiciadoras de ansiedade.

De acordo com estes preceitos da psicanálise freudiana, a noção de desamparo originário acarretaria a falta, a incompletude, geradora de angústia, mas também de desejo que, por sua vez, será o que vai constantemente nos mover pela vida afora. Percebe-se, assim, que é a partir da falta que nasce o desejo, ou seja, a necessidade de eleger outros objetos que poderão dar conta de preencher a lacuna causada pela mesma. E é justamente por isso que a criança precisará da linguagem que “lhe possibilitará pensar, falar e agir, ou seja, ir em busca de novos objetos que, temporária e parcialmente, lhe trarão satisfação” (Frota, 2000, p.173).

Essa busca de preenchimento, de completude, seria o material com o qual lidaremos em análise. É essa falta, reexperimentada em todas as nossas frustrações e privações pela vida afora que será trabalhada na clínica clássica.

Seria possível fazer um paralelo aqui entre a falta na psicanálise e a falta na tradução: no primeiro campo, ela estaria representada pela impossibilidade de se apropriar daquele primeiro objeto de amor – a mãe – enquanto que, na tradução, a falta estaria representada pela impossibilidade de o tradutor “fazer um” com o texto original. Em outras palavras, isso significaria que seria impossível para este profissional apreender o texto em sua totalidade, ou seja, reproduzir, em uma outra língua, aquilo que estaria contido no original, pois significaria encarar o texto como sendo algo que conteria uma verdade exclusiva, transcendente, imutável e, principalmente, passível de recuperação.

Ora, não seria a ilusão de recuperar a verdade do sujeito – conseqüentemente elevada, aqui, ao *ranking* de uma entidade – o que pretenderia a psicanálise clássica ao crer que isto seria possível através de uma tradução do material inconsciente?

Na psicanálise, esta idéia corresponderia à crença de que seria possível apreender o inconsciente em sua totalidade. Em um primeiro momento, Freud acreditava que isto poderia se dar através da remoção de *todas* as resistências. Palavras de cunho absolutista tais como “remover”, “desfazer” e “todos” eram freqüentemente empregadas, já que se pensava ser possível chegar à origem do *trauma psíquico*<sup>6</sup>, ou seja, à cena originária. Para isso, bastaria que o paciente recuperasse a memória perdida: chegando à origem do trauma<sup>7</sup>, os sintomas desapareceriam. Assim, todo o trabalho de Josef Breuer apreendido por Freud<sup>8</sup> e que se estende pela psicanálise até 1937a<sup>9</sup>, baseia-se na busca de *memórias esquecidas* (este conceito é de J. Breuer). Em outras palavras, caberia ao analista *recuperar* as memórias perdidas que guardavam os acontecimentos traumáticos.

Em seu artigo “Construções em análise” (1937a) Freud fala de *reconstrução*. A reconstrução seria aquilo que teria *efetivamente* ocorrido e que caracterizaria a teoria do trauma psíquico:

Todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo. Na verdade, como sabemos, é possível duvidar de que alguma estrutura psíquica possa realmente ser vítima de destruição total (Freud, 1937a, p.277).

A fim de que o analisando pudesse recuperar a memória perdida, o analista lançaria mão da interpretação como *idéia antecipatória consciente*.

Neste texto, Freud abandona o termo reconstrução e passa a falar em *construção*, conceito sobre o qual discorreremos mais adiante. No entanto, é importante dizer que, ao abrir mão deste conceito, Freud também estaria abrindo mão de recuperar aquilo que efetivamente teria acontecido.

<sup>6</sup> Conceito de Josef Breuer e base da psicanálise (v. Freud, 1895).

<sup>7</sup> Veremos, no capítulo sobre Ferenczi, que a sua concepção de trauma é diferente da idéia freudiana apresentada aqui.

<sup>8</sup> Remetemos ao leitor aos “Estudos sobre a histeria” (Freud, 1895).

<sup>9</sup> Ano em que Freud escreve o artigo “Construções em análise”.

Esta mudança seria de extrema importância e teria consequências relevantes na prática analítica, pois, neste momento, Freud teria percebido a impossibilidade de tudo resgatar e que tal fato não deveria ser considerado como sendo o mais importante. O que acreditamos ser problemático, no entanto, é que – também neste momento – a psicanálise, que sempre considerou a falta, continuaria não apenas a fazê-lo como estaria também mostrando que é impossível escapar dela. E, como veremos, isso terá consequências extremamente pertinentes na prática clínica que, a todo o momento, aponta para o analisando esta falta e tenta, incessantemente, confrontá-lo com a sua castração<sup>10</sup>.

No que diz respeito à tradução, a crença na teoria tradicional de que é possível tudo apreender, reproduzir e transcrever tem se revelado, na prática do tradutor, como sendo absolutamente utópica, chegando a ponto de ter como consequência a impossibilidade do próprio fazer tradutório, uma vez que, segundo esta visão, traduzir seria recuperar uma única verdade: a verdade do Autor. Tem-se aí um hiato entre a teoria e a prática.

Ao traduzir o Pai da Psicanálise, o psicanalista Jean Laplanche não parece perceber que estaria violando alguns dos princípios básicos deste campo de saber ao acreditar na ilusória possibilidade de tudo apreender: Laplanche orgulha-se de ter sido capaz de fazer uma tradução totalmente fiel ao original, livre de qualquer espécie de erro ou “contaminação”. Mais ainda, ele pretende saber mais do que o próprio Freud, uma vez que teria um “distanciamento” (ao contrário de Freud que estaria “perdido” em um turbilhão de novas idéias) que o permitiria ver tudo de forma mais clara e adequada. A postura de Laplanche parece encontrar justificativa no amor que sente pelo seu mestre, o Pai da Psicanálise e, conseqüentemente, no desejo de preservar a sua obra. Ora, para que isso seja possível, é preciso que Laplanche a “proteja” de traduções “erradas”.

De acordo com Rosemary Arrojo, tal postura seria reveladora da idéia que tem Laplanche sobre o significado, percebido da seguinte maneira:

(...) como um objeto presente e portátil que pudesse permanecer depositado num texto sob a determinação das intenções (conscientes) de seu produtor. A partir dessa perspectiva, a tradução é necessariamente vista como uma transferência de significados que pode e deve ser realizada

---

<sup>10</sup> Veremos essa questão mais detalhadamente no capítulo dedicado a Freud.

sem a interferência do ‘toque’ do tradutor e sem nenhum rastro de suas circunstâncias e desejos (Arrojo, 1993, p.37).

Por outro lado, segundo a teoria pós-moderna, não haveria uma verdade a ser resgatada. De acordo com esta linha de pensamento, o tradutor não deveria tentar ser fiel ao texto original, uma vez que toda tradução seria, necessariamente, uma reescritura e, conseqüentemente, uma forma de apropriação. Andrew Benjamin (1989) nos mostra que a via de acesso à origem, livre de qualquer contaminação, que o tradutor persistiria em encontrar, não existe. Maria Paula Frota partilharia deste ponto de vista e afirma:

Não há leitura que não contagie o objeto-texto ou, inversamente, não há objeto que consiga manter-se intocado pelo leitor, assim como não há escrita autóctone, feita sem misturar-se a textos existentes. Essa mistura é portanto necessária e o que dela resulta é necessariamente plural e vazado, *jamais assume uma feição de homogeneidade e completude* (Frota, 2000, p.185), (grifos nossos).

No entanto, pode-se perceber que, na prática tradutória, a idéia de livrar o tradutor das amarras impostas por uma única verdade a ser alcançada, está longe de prevalecer: ainda é possível perceber na maioria dos leitores, tradutores e críticos, uma postura de perseguição do “certo”, da “verdade”, do que “o autor quer dizer”. Assim, o hiato entre a teoria e a prática da tradução ainda permanece; apenas a sua forma se modificou.

Arrojo é enfática ao aniquilar com qualquer possibilidade de neutralidade por parte do tradutor:

Como a escritura, a leitura é uma forma de violência e, nesse caso, contra o próprio texto/autor com quem o leitor pode estabelecer uma relação, já que esse texto/autor jamais será repetido ou resgatado num processo impessoal ou desinteressado, e sim tomado, possuído e transformado pelo desejo e pelas circunstâncias do leitor que com ele se mistura (Arrojo, 1993, p.162).

Na psicanálise, acreditar que bastaria ter acesso à cena originária para “curar” o paciente, seria o equivalente à crença de que somente o acesso à verdade do Autor propiciaria a tradução “correta”. A possibilidade de recuperação, em ambos os campos, dependeria, assim, de um profissional (tradutor/analista)

competente que não faria mais do que transportar para o presente o material que sempre esteve localizado no texto original/inconsciente.

Ambas as posições insistiriam em acreditar que absolutamente tudo seria passível de recuperação: seria totalmente viável o resgate de algo que estivesse o tempo todo ali, pronto, estático, somente à espera de alguém capaz de alcançá-lo.

Não é muito difícil perceber as conseqüências nocivas de tal pensamento nas duas práticas: no que diz respeito à tradução, acreditar nesta possibilidade seria encarar a tradução como um mero transporte. Logo, tal trabalho poderia ser realizado por qualquer programa de computador ou por qualquer um de posse da lista de nomes envolvidos. Por outro lado, no que concerne à prática clínica, isto significaria a adoção de uma prática totalmente verticalizada, uma vez que dependeria do analista, suposto detentor da verdade do outro, fornecer ao seu analisando a tradução correta do seu inconsciente e, finalmente, confrontá-lo com sua falta.

Ora, não poderíamos dizer que – guardadas as devidas proporções – o mesmo hiato (o qual poderia ser até considerado uma contradição) que surge no campo da tradução também não ocorreria na psicanálise? Mesmo ao abrir mão de trazer para a consciência o que de fato teria ocorrido, introduzindo o conceito de construção, a psicanálise clássica não continuaria perseguindo um “fechamento”, uma forma, um incansável “fazer sentido”? Além disso, não estaria ela tentando mostrar continuamente que – a fim de se constituir plenamente enquanto sujeito – o analisando teria que se deparar com a falta custe o que custar?

Ao abandonar o termo reconstrução e passar a falar em construção, Freud percebe que é impossível tudo recuperar e desiste de encontrar “aquilo” que “de fato” teria acontecido:

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. *Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido.* Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança capturada (Freud, 1937a, p.284), (grifos nossos).

A construção seria a invenção de uma história infantil do analisando: o analista a inventaria, como se ela realmente tivesse ocorrido, sem a menor preocupação em checar a sua veracidade.

Segundo Freud, quando o analista comunica uma construção ao paciente e não há por parte deste uma reação, deve-se esperar para ver se esta construção está ou não postergada. Caso não esteja, é possível dizer que tal construção não faz sentido para o analisando. Isto não será de forma alguma prejudicial ao paciente que responderá com indiferença a uma construção sem sentido para ele. Com essa “invenção”, ou seja, essa construção, o que Freud faz é jogar em campo algo que pode ou não ter ocorrido na história de vida do analisando.

O conceito de construção pode facilmente nos remeter à idéia de fantasia. Sabemos que o que é de ordem fantasmática é de suma importância na psicanálise freudiana. Freud afirma que as fantasias são “invariavelmente de natureza erótica nas jovens e mulheres, enquanto nos homens são tanto ambiciosos como eróticos. Não se deve, entretanto, atribuir uma importância secundária ao fator erótico nos homens (...)” (Freud, 1908a, p.149). Evidentemente, na psicanálise freudiana, as fantasias do paciente também constituem um material a ser interpretado em análise. Essa relação entre sexualidade e interpretação será cuidadosamente examinada na dissertação. Por ora, acreditamos ser suficiente apontar para a importância da fantasia no que diz respeito ao conceito de construção.

Apesar de já vir se organizando em uma direção menos absolutista, seria a partir do conceito de construção que Freud abandonaria definitivamente o factual. Desta forma, ele passaria a perceber que a psicanálise não necessitaria de verificação, uma vez que a estrutura fantasmática, o “como se” seriam suficientes.

Desta forma, haveria – pelo menos aparentemente – uma mudança no campo da psicanálise com a introdução desse conceito, a partir do momento em que esta última proclamaria não mais buscar “idéias esquecidas”. Agora, a psicanálise acreditaria em uma *massa inconsciente* (1937a). O que interessaria a partir desse momento em análise seria um “alargamento”, um maior conhecimento do funcionamento inconsciente sabendo que este jamais poderia ser apreendido em sua totalidade. Assim, a construção permitiria o abandono da crença de que algo seria passível de resgate e de transporte do passado para o presente, tal qual ocorreria uma vez.

No entanto, em que medida torna-se realmente possível falar em mudanças significativas? Em que termos essas “mudanças” se dariam na prática?

Não se pode negar que há aqui – pelo menos na teoria – uma tentativa de abandonar a tarefa de tudo recuperar. No entanto, ainda nos parece ser possível questionar se não seria isso que ocorreria na clínica. Em outros termos, embora na teoria já se reconhecesse uma impossibilidade de resgate, na prática não seria exatamente isso – apreender, recuperar o máximo possível – o que se continuaria tentando atingir através de interpretações maciças?

Além disso, nos parece que essa idéia de um resgate possível teria sido simplesmente substituída por uma fé inabalável numa falta constitutiva do sujeito. E essa falta estaria necessariamente vinculada à castração, ao complexo de Édipo que, acreditamos, tornou-se o grande referencial metafísico da psicanálise clássica. Também seria importante não esquecer que, de “remetimento em remetimento”, toda e qualquer interpretação desembocaria necessariamente nesse complexo.

Acreditamos ser importante mencionar ainda que construção e interpretação são conceitos diferentes em psicanálise: a construção refere-se ao *isso*, ao que não foi representado, enquanto que a interpretação – ao contrário – refere-se ao representado. Conseqüentemente, tem-se com o conceito de construção uma tentativa de chegar ao que não fora simbolizado.

Ora, não haveria, então, aqui uma tentativa de se atingir o que poderíamos chamar de um “núcleo”, ou seja, um esforço em chegar cada vez mais perto de uma suposta origem que, parece, nunca deixou de existir? Mesmo já admitindo não ser possível recuperar o que *de fato* teria ocorrido, não seria a construção uma invenção que em última instância estaria sempre remetida ao Édipo, ainda que na fantasia? Em outros termos, qual seria a originalidade desta invenção a qual chamou-se de construção?

Sabe-se que não se trata de uma invenção qualquer, mas de algo que diz respeito à história *infantil* do analisando. Ora, será que é, então, realmente, possível dizer que a psicanálise freudiana verdadeiramente abdica de resgatar o que de fato ocorreu ou simplesmente passa a lançar mão de um recurso que em última instância teria toda a sua possibilidade de tradução referida ao Édipo? Em outros termos, que mudanças significativas poderia trazer uma suposta “renúncia a

tudo resgatar” na prática analítica, uma vez que a psicanálise freudiana ainda insistiria em remeter essas construções a uma *única* representação específica?

Assim, todo o material trazido pelo analisando – por mais rico e diverso que seja – será minuciosamente interpretado e, no final, terá como possibilidade apenas uma única tradução plausível: tudo será interpretado como esta busca de preenchimento, de completude. Em outras palavras, seria sempre esta falta – a qual estaríamos todos condenados a reexperimentar no decorrer da vida – que mereceria ser trabalhada em análise. E este material seria abordado através da interpretação, o instrumento por excelência desta técnica. Tal interpretação buscaria incansavelmente atribuir sentido, o único possível aqui: o confronto do indivíduo com a sua falta que, por sua vez, permearia grande parte da clínica analítica. Teríamos, então, falta e completude contrapondo-se uma à outra.

Assim, de acordo com esta visão da psicanálise, o desejo decorre da falta e é ele que nos impulsiona, nos faz buscar novos objetos, novas soluções, menos ou mais satisfatórias. Logo, tem-se no reconhecimento da falta uma condição de vida e de possibilidade de subjetivação.

Finalmente, gostaríamos de mencionar mais um ponto de aproximação entre psicanálise e tradução.

O tradutor é, antes de tudo, um leitor. É, certamente, um leitor mais atento, mas – ainda assim – um leitor. Nesse sentido, é possível comparar o leitor com o analisando e com o analista.

Leitor e analisando se assemelhariam do ponto de vista da transferência, da relação de amor que estabeleceriam com o outro, com o texto. Por outro lado, o leitor também poderia ser comparado ao analista, ou seja, àquele que interpreta, que traduz ou constrói. E a sua interpretação estaria diretamente ligada ao seu inconsciente. Arrojo (1993) pontua que:

A ‘radicalidade’ da descoberta de Freud é precisamente a conclusão de que o inconsciente não pode ser uma mera oposição bem-comportada do consciente, mas ‘algo que fala enquanto a diferença de dentro do discurso da consciência, que subverte’ (Arrojo, 1993, p.158).

E ainda:

Se não podemos separar o discurso da consciência do inconsciente, nem aquele que lê daquilo que está sendo lido, não podemos separar tampouco a noção psicanalítica da transferência da noção de interpretação e nem das

noções de escritura, leitura e tradução. A transferência seria aqui um outro nome para esse ‘enamoração’, essa “loucura” que prende um sujeito a um objeto-texto (Arrojo, 1993, p.158).

Essas afirmações confirmariam – na teoria pelo menos – tanto na tradução quanto na psicanálise, a tentativa de introduzir fronteiras mais fluidas no que diz respeito ao consciente/inconsciente, leitor/texto. Conseqüentemente, a “grande mudança” que teria ocorrido – em ambos os campos – seria a de que toda e qualquer interpretação acarretaria uma reescritura/construção e não mais uma reprodução fiel do original. Vimos, porém, que na prática não é exatamente isso que ocorre. Que conseqüências isso acarretaria na prática tradutória ou, em outras palavras, como não “comprometer” o texto original e, ao mesmo tempo, permitir que a subjetividade do tradutor se inscreva sem que isso seja considerado “erro” ou “contaminação” do material original não constitui o objeto de estudo deste trabalho. No entanto, como já foi indicado anteriormente, é justamente o fato dessa reescritura/construção estar sempre pautada no texto de origem, na palavra do Pai, que nos parece ser problemático na psicanálise clássica.

As palavras de Arrojo também nos deixam entrever uma tentativa de reivindicar o direito de interpretar no fazer tradutório. Direito este que a psicanálise clássica não somente já exerce, mas também defende de maneira premente, uma vez que este permitiria a manutenção e a utilização desmedida daquele que não apenas seria o seu maior instrumento como também, muitas vezes, se constituiria em condição para a sua prática.

Arrojo ainda vai mais além ao afirmar que o inconsciente também interpreta: “o leitor apaixonado pela psicanálise terá que aceitar o fato de que possui um inconsciente-leitor, que necessariamente se mistura com aquilo que lê (...)” (Arrojo, 1993, p.160). Este inconsciente que também interpreta nos levará a uma outra visão da interpretação: a da “interpretação inconsciente”.

Em uma tendência contrária aos que tentam delimitar o conceito de interpretação, Engel (2004) propõe a abertura deste conceito ampliando consideravelmente o seu campo de atuação.

Uma vez que, segundo este autor, o meio pelo qual compreendemos o mundo estaria condicionado a duas maneiras de interpretar – as formas consciente e inconsciente – não haveria motivos para que esse entendimento/interpretação na clínica apenas adquirisse o seu estatuto de interpretação caso atingisse a

consciência. Assim, ele introduzirá o conceito de *interpretação inconsciente*. Por esta se entenderia qualquer significado que se dê no trabalho de análise, partindo tanto do analisando quanto do analista, sendo estes significados conscientes ou não. Em suas próprias palavras:

É esta concepção geral, abrangente de interpretação, que utilizamos neste trabalho para incluir formas de ‘conhecimento’ não-verbal, efetivos, atuantes, apesar de não falados e, às vezes, nem ‘pensados’, ao contrário da concepção usual, mais restrita, utilizada habitualmente em psicanálise. *A capacidade de interpretar surge antes da fala* e talvez seja a condição desta, já que os significantes lingüísticos se tornam ‘significantes’ apenas por veicularem significados simbólicos a ele atribuídos. Os próprios símbolos apenas o são porque carregam o significado de coisas que não são eles próprios, coisas que eles apenas representam (Engel, 2004, p.822), (grifos nossos).

Podemos notar, então, que aquilo que Engel irá considerar como sendo da esfera da interpretação vai muito mais além da aceção deste termo na psicanálise clássica: aqui este conceito deixa de referir-se exclusivamente a uma comunicação verbal que o analista fornece ao analisando e passa a englobar o não-dito e, até mesmo, o não-percebido. E justificará a sua posição ao afirmar:

A idéia técnica de que a interpretação verbal é a única ‘ação’ permitida ao analista dentro do *setting*, cujo sentido inicial estava ligado à idéia de coibir a descarga em atos para favorecer a transformação em pensamentos, não demorou, no curso do desenvolvimento da psicanálise, a se transformar num ditame que acabou exercendo um *efeito inibidor* sobre a percepção mais profunda e detalhada do que ocorria entre o paciente e o analista (Engel, 2004, p.823), (grifos nossos).

Engel denuncia as conseqüências de uma psicanálise pautada estritamente na interpretação verbal, e aponta para o fato de que esta visão ignoraria toda a amplitude do que ocorreria no *setting* ao não perceber a existência de outros fatores que fariam parte da relação entre analista e analisando.

De acordo com esta visão, apesar de já reconhecermos as “atuações” do paciente e o significado embutido nelas, as nossas próprias *quase-atuações* ou *encenações não-verbais* (v. Engel, 2004) – apesar de também já serem reconhecidas – deveriam ser igualmente “promovidas” à categoria de interpretação, pois também seriam tentativas de atribuir significado.

Em outros termos, Engel propõe uma ampliação do conceito de interpretação que deveria, a partir de agora, englobar outros fatores. No entanto, esta sugestão de alargamento do que se considera interpretar parece envolver apenas o que estaria na esfera do não-verbal associado à pessoa do analista, uma vez que aquilo que não é verbalizado e que vem do analisando ainda parece ser considerado, na prática, como *acting out*. Ora, sabemos que o analista clássico, na sua prática, se depara com *acting outs* provenientes de seus analisandos e, apesar de conseguir identificá-los, se recusa a encorajá-los, mesmo sabendo que estes também são uma tentativa de veicular significados. Dito de outra forma: será que ao perceber a dimensão de significado que carrega o não-verbalizado do analista e do analisando, esta forma de comunicar, no que diz respeito *exclusivamente* a este último, poderia vir a ser de fato considerada – na prática clínica – como interpretação? Esta indagação merece ser feita, pois uma vez que se passaria a enxergar – como é proposto aqui – o não-verbal como sendo uma outra forma de interpretar, isso não deveria ser feito no que concerne às duas partes em análise? Parece-nos ser possível afirmar que, se fosse este o caso, toda uma revisão da teoria e da prática psicanalíticas mereceria ocorrer e não apenas um redimensionamento do conceito de interpretação em psicanálise.

Ao mencionar o que Stern e colaboradores classificariam como “mecanismos não-interpretativos”, que também fariam parte da análise sem estarem relacionados à interpretação, Engel propõe – ao contrário – que estes passem a ser considerados como sendo *mecanismos interpretativos não-conscientes* (v. Engel, 2004), pois da mesma forma que seria possível dizer que “uma criança pré-verbal<sup>11</sup>” também incorporaria significados sem expressá-los verbalmente, seria igualmente viável falar de mecanismos interpretativos inconscientes, uma vez que estes seriam também uma forma de incorporação de significados. Segundo ele:

Este é o motivo pelo qual se torna muito difícil falar de ‘mecanismos não-interpretativos’, e também a razão pela qual o conceito de interpretação comumente usado em psicanálise é demasiadamente restritivo e gerador de entendimentos equivocados. Do ponto de vista psicológico *tudo se transforma de um jeito ou de outro em interpretação*. Mesmo nos primórdios da vida mental, quando o ego assimila o que é bom a si mesmo

---

<sup>11</sup> Expressão utilizada pelo próprio autor (v. Engel, 2004, p.837).

e projeta o que é mau para fora, esta primitiva ‘qualificação’ implica já uma forma primitiva de interpretação (Engel, 2004, p.837), (grifos nossos).

Assim, de acordo com este autor, a interpretação – quer seja ou não consciente – será sempre de grande relevância e terá um papel considerável no desenvolvimento do ego. Engel vai ainda mais além ao acreditar que todo e qualquer resultado que se possa obter em análise poderia ser atribuído à interpretação e, no que diz respeito exclusivamente à interpretação inconsciente, destaca uma de suas importâncias: a de poder dar conta de mecanismos mais primitivos que não poderiam ser verbalizados.

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que o olhar que recairia sobre a interpretação aqui divergiria de qualquer tentativa de precisão e de “fechamento” deste conceito. Já mencionamos anteriormente algumas dessas tentativas que ilustram muito bem a idéia e a pertinência da interpretação de acordo com os preceitos da psicanálise clássica. A presente proposta, ao contrário, teria o intuito de abrir este conceito, não compactuando – desta forma – com a concepção usual e restrita da interpretação. Uma consequência deste ponto de vista seria a de não privilegiar a interpretação verbal (quer esta seja ou não transferencial) como a mais preciosa ferramenta de trabalho à disposição do psicanalista em sua prática, principalmente no que diria respeito a mudanças significativas que o analisando pudesse vir a experimentar.

No entanto, ao considerar como excessiva a exclusividade das interpretações em relação a outras “formas de entendimento não-verbal” (v. Engel, 2004, p.838) – que fariam parte da relação analítica – e propor, assim, um alargamento do conceito de interpretação, Engel se aproximaria da visão clássica da psicanálise ao reforçar a primazia deste instrumento. Assim, de acordo com ele, a interpretação não seria de forma alguma secundária se comparada com esses outros fatores: muito pelo contrário, esta comparação perderia até mesmo o sentido, uma vez que estes seriam também considerados como mecanismos interpretativos. Ao referir-se a essas formas não-verbais de interpretar, Engel diz:

O reconhecimento de que são inúmeros os fatores que influem e às vezes são determinantes na produção de mudança psíquica não implica necessariamente em uma redução do valor das interpretações, mas no reconhecimento de que todos estes fatores se traduzem no final em significados, estando sujeitos, portanto, ao efeito de interpretações, sejam

estas verbais, não-verbais, conscientes ou inconscientes. Isto não reduz a tarefa interpretativa do analista, mas a amplia para incluir formas de interpretação e entendimentos que antes não faziam parte do seu repertório. Não se trata apenas de considerar um tanto genericamente que é o relacionamento que cura, mas de entender (interpretar) ao nível do processo secundário como é que isto se dá. Somente quando a lógica inconsciente (conhecimento implícito) não consegue resolver os problemas que a vida coloca para o indivíduo é que se torna necessário o “a mais” da consciência com os instrumentos de uma outra lógica mais apta para entender e assim atuar sobre os processos inconscientes (Engel, 2004, p.839).

Se, de acordo com os princípios da psicanálise clássica, mudanças pertinentes seriam atribuídas à interpretação, uma vez que esta permitiria um alargamento maior da consciência, o mesmo se daria com a introdução do conceito de Engel: aqui também não se discute a importância da tarefa de interpretar. Contudo, este autor vai além ao afirmar que aquilo que não fosse mais acessível à consciência poderia passar a sê-lo através das interpretações inconscientes que, como já foi dito, dariam conta dos mecanismos mais primitivos. A amplitude dada ao trabalho interpretativo aqui é tão significativa que, a partir deste ponto de vista, é possível afirmar que a interpretação estaria presente em todos os espaços da clínica. Desta forma, Engel não apenas reafirmaria a primazia da interpretação que já lhe fora concedida pela psicanálise clássica, como também a expandiria consideravelmente, de forma a abranger com este conceito tudo o que ocorreria na relação analítica.

Podemos, assim, afirmar que este autor daria à tarefa interpretativa um peso ainda maior.

Ao abordarmos os caminhos que levam a esta proeminência da interpretação, torna-se imprescindível examinar este conceito de acordo com os preceitos do pai da psicanálise.